



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

VANDERLEI FRANCISCO DE LIMA

**ACESSIBILIDADE DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NAS ESCOLAS
PÚBLICAS DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN: CONQUISTAS E DESAFIOS**

MOSSORÓ

2017

VANDERLEI FRANCISCO DE LIMA

**ACESSIBILIDADE DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NAS ESCOLAS
PÚBLICAS DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN: CONQUISTAS E DESAFIOS**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Especialização em Atendimento Educacional Especializado.

Orientadora: Profa. Me. Gilberliane Mayara Andrade Melo.

MOSSORÓ

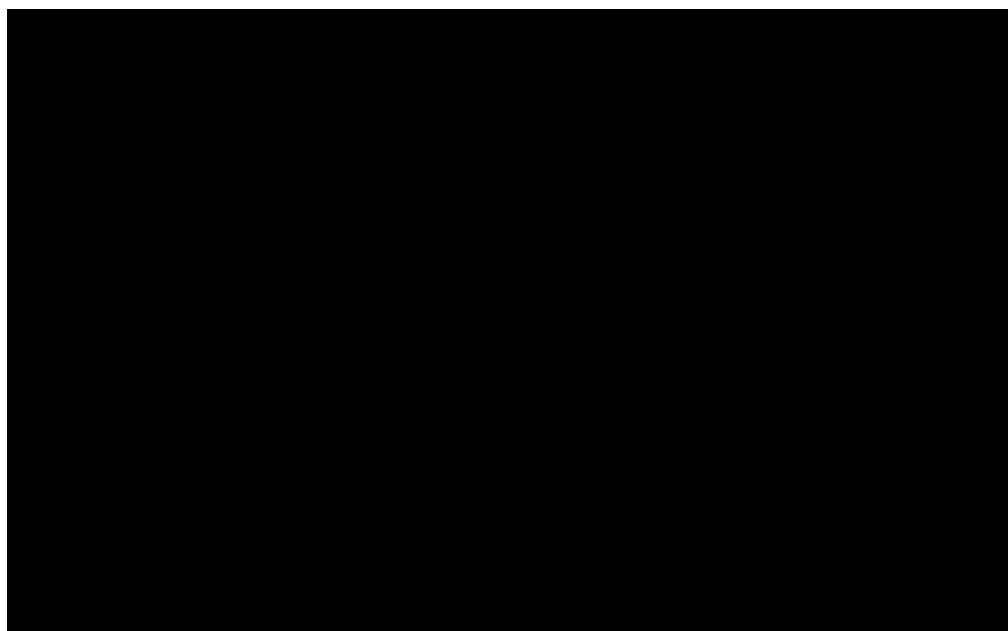
2017

ACESSIBILIDADE DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN: CONQUISTAS E DESAFIOS

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Especialização em Atendimento Educacional Especializado.

Defendida em: 01/07/2017.

BANCA EXAMINADORA



RESUMO

O acesso a lugares públicos (principalmente as instituições de ensino) é direito de qualquer cidadão, pois, de acordo com a legislação atual da educação inclusiva, esses ambientes devem ser planejados, a fim de promover a acessibilidade de todos os indivíduos. Partindo dessa premissa, este trabalho, objetiva-se, de modo geral, analisar a acessibilidade física nas escolas públicas da rede básica de ensino do município de Coronel João Pessoa/RN para alunos com deficiência física. Esta pesquisa é bibliográfica de cunho qualitativa, e de campo, já que foi necessário discutir sobre o contexto social e histórico da deficiência à luz das contribuições teóricas de Martins (1999), Xavier e Junior (2013), definições, causas e características da deficiência física, além de discussões sobre a acessibilidade física no contexto escolar a partir da visão de Melo e Saraiva (2015), Gonçalves e Furtado (2015) e de algumas diretrizes da educação inclusiva, como a Portaria nº 3.284 (BRASIL, 2003), o Decreto nº 5.296 (BRASIL, 2004) e a NBR 9050 (BRASIL, 2004). Neste trabalho, os dados analisados demonstraram que acessibilidade física para alunos que dependem de muletas e de cadeiras de rodas constituem grandes desafios para a Escola Municipal Antero Marques/Creche Chapeuzinho Vermelho, a Escola Municipal Dr. Severiano e a Escola Estadual Professor José Próspero. Portanto, a fim de tornar as escolas campo de pesquisa em instituições inclusivas do ponto de vista da acessibilidade física, faz-se necessária que haja uma atenção especial por parte das secretarias de educação (municipal e estadual), em parceria com o poder executivo da cidade de Coronel João Pessoa/RN e do Estado do Rio Grande do Norte, no intuito das instâncias competentes fazerem diagnósticos das reais condições da estrutura física das três escolas que fizeram parte desta pesquisa, e, em seguida, elaborarem projetos de acessibilidade física visando à aplicação destes. Considera-se que esse deve ser o primeiro passo para que seja garantida a educação pública como um direito de todos e fazendo valer, na prática, a inclusão de alunos com deficiência física. Logo, as propostas elencadas nesta pesquisa visam diminuir os obstáculos já existentes e garantir o acesso e integração desse público-alvo na escola.

PALAVRAS-CHAVE: ACESSIBILIDADE FÍSICA; ESCOLA PÚBLICA; INCLUSÃO.

ABSTRACT

Access to public places (mainly educational institutions) is the right of every citizen, because, according to the current legislation of inclusive education, these environments must be planned in order to promote the accessibility of all individuals. Based on this premise, this work aims, in general, to analyze the physical accessibility in public schools of the basic education network of the municipality of Coronel João Pessoa/RN for students with physical disabilities. This research is a qualitative and field-based bibliography, since it was necessary to discuss the social and historical context of disability in light of the theoretical contributions of Martins (1999), Xavier and Junior (2013), definitions, causes and characteristics of disability (2005), Gonçalves and Furtado (2015) and some guidelines of inclusive education, such as Portaria no. 3.284 (BRASIL, 2003), Decree No. 5,296 (BRASIL, 2004) and NBR 9050 (BRASIL, 2004). In this study, the data analyzed demonstrated that physical accessibility for students who depend on crutches and wheelchairs are major challenges for the Municipal School Antero Marques / Nursery School, Severiano Municipal School and Professor José Próspero State School. Therefore, in order to make schools a field of research in institutions that are inclusive from the point of view of physical accessibility, special attention must be paid by education departments (municipal and state), in partnership with the executive branch of In the city of Coronel João Pessoa / RN and the State of Rio Grande do Norte, in order for the competent bodies to diagnose the real conditions of the physical structure of the three schools that were part of this research, and then to elaborate physical accessibility projects aiming at the Application of these. It is considered that this should be the first step in ensuring that public education is guaranteed as a right for all and making practical use of the inclusion of students with physical disabilities. Therefore, the proposals listed in this research aim to reduce existing barriers and ensure access and integration of this target audience in the school.

KEY WORDS: PHYSICAL ACCESSIBILITY; PUBLIC SCHOOL; INCLUSION.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe discussões sobre a acessibilidade de alunos com deficiência física na escola pública. Sabe-se que a acessibilidade física acontece quando todos os alunos são incluídos na escola, garantindo, dessa forma, a inclusão destes no processo de ensino e aprendizagem, assim preconiza o art. 3º, inciso I, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN, Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 2014).

A escolha pelo tema desta pesquisa justifica-se pela necessidade de discutir a respeito da acessibilidade física, já que, consoante à legislação da educação nacional, as escolas devem estar acessíveis quanto à infraestrutura e disporem de recursos pedagógicos adequados para atender aos alunos que apresentam limitação em algum de seus membros (superiores ou inferiores). Dessa forma, discutir acerca da acessibilidade no âmbito educacional torna-se imprescindível, pois a escola é inclusiva quando ela é capaz de incluir e integrar todos os alunos, em especial os que apresentam deficiência física ou mobilidade reduzida. Esta limitação não é fator determinante que possa impedi-los de aprenderem e de serem alunos bem sucedidos na vida estudantil, se as escolas estiverem aptas e disponibilizarem tecnologias assistivas de acordo com a complexidade da limitação motora dos estudantes.

Convém frisar que a opção pelo tema **Acessibilidade de alunos com deficiência física nas escolas públicas de Coronel João Pessoa/RN: conquistas e desafios** partiu, inicialmente, das contribuições das disciplinas *Deficiência Física* e *Atendimento Educacional Especializado*, ofertadas no curso de Pós-graduação *latu senso* em Atendimento Educacional Especializado, do Núcleo de Educação a Distância (NEaD), da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Esses componentes curriculares foram importantes, no sentido de subsidiar os profissionais já em atuação e os que ainda irão atuar no atendimento educacional especializado para os alunos com deficiência (física).

A curiosidade de analisar se as escolas públicas que integram a rede municipal e estadual de educação da cidade de Coronel João Pessoa/RN estão aptas a receber alunos com deficiência física foi outro interesse que motivou a produção deste trabalho, haja vista que o perfil da escola pública do século XXI é de uma escola inclusiva, capaz de se adequar às necessidades dos discentes.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a acessibilidade física nas escolas públicas da rede básica de ensino do município de Coronel João Pessoa/RN para alunos com deficiência física. De modo específico, esta pesquisa objetiva compreender as conquistas e os desafios das pessoas com deficiência ao longo dos períodos históricos; entender que a

acessibilidade arquitetônica é condição essencial para que alunos com deficiência física possam ser incluídos e integrados na escola, e, por último, analisar a infraestrutura física de três escolas que integram a rede municipal e estadual de educação de Coronel João Pessoa/RN.

Sabe-se que para incluir e integrar os alunos com deficiência física na escola, as instituições precisam estar adaptadas quanto à infraestrutura arquitetônica, disporem de profissionais capacitados e de tecnologias assistivas adequadas. Entretanto, no contexto atual da educação brasileira, é perceptível que ainda existem escolas que não estão adaptadas para incluir alunos com deficiência física, pois a inacessibilidade arquitetônica é um dos principais obstáculos que dificulta a inclusão. Sendo assim, tem-se o seguinte questionamento: será que as escolas públicas de Coronel João Pessoa/RN estão preparadas para garantir a acessibilidade aos alunos com deficiência física na rede básica de ensino?

Em suma, que esta pesquisa possa trazer contribuições para a educação inclusiva no que diz respeito à acessibilidade para alunos com deficiência física, principalmente para as escolas públicas da rede básica de ensino de Coronel João Pessoa/RN.

2 DEFICIÊNCIA FÍSICA E INCLUSÃO: ENCONTROS E DESENCONTROS

2.1 Metodologia

Esta pesquisa é bibliográfica, por isso, foi elaborada a partir das contribuições teóricas de Melo e Saraiva (2015), Martins (1999), Xavier e Junior (2013) e Gonçalves e Furtado (2015), entre outros. A Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN, Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 2014) e o Decreto nº 5.296/2004 (BRASIL, 2004) foram algumas das diretrizes que fundamentaram este trabalho.

A pesquisa de campo também utilizada neste trabalho, pois foi necessário analisar a acessibilidade arquitetônica de três escolas públicas da cidade de Coronel João Pessoa/RN, sendo duas da rede municipal, a Escola Municipal Antero Marques/Creche Chapeuzinho Vermelho (educação infantil) e a Escola Municipal Dr. Severiano (ensino Fundamental I e II), além da Escola Estadual Professor José Próspero (Ensino médio). Convém ratificar que o intuito principal foi de observar se essas escolas estavam aptas ou inapropriadas para receberem alunos com deficiência física nas três etapas da educação básica.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa é descritivo-interpretativa (OLIVEIRA, 2007). A análise dos dados obedeceu à estratégia descritiva e interpretativa em relação às respostas dos

questionários e aos registros fotográficos feitos das instituições. Em relação ao tipo abordagem, a pesquisa é qualitativa, pois, não houve a preocupação com o critério numérico para garantir sua representatividade nas análises dos dados. Em outras palavras, o interesse foi de buscar explicações para possíveis razões da (não) acessibilidade física nas escolas da cidade de Coronel João Pessoa/RN.

O método de pesquisa adotado foi o dedutivo. O procedimento utilizado foi a observação (GIL, 2008), já que se fez necessário ir às escolas em dias e horários agendados para a obtenção dos registros fotográficos do local que dá acesso à entrada de alunos nas instituições, às portas das salas de aulas e aos banheiros. Houve o contato inicial com os diretores, na oportunidade foi entregue a carta de encaminhamento da UFERSA e em seguida foi solicitada a assinatura dos gestores, como forma autorização para a realização da pesquisa de campo.

O questionário foi aplicado aos gestores, os quais foram os sujeitos desta pesquisa. O questionário foi composto por 6 (seis) questões objetivas, a maioria delas com possibilidade para eventuais justificativas. Assim, as respostas dos sujeitos foram tabuladas em 1 (uma) tabela. Portanto, a fim de garantir o princípio ético da pesquisa científica, os nomes próprios dos gestores foram ocultados. Para a identificação desses sujeitos, foi usada a seguinte codificação: Gestor 1, Gestor 2 e Gestor 3.

2.2 A pessoa com deficiência numa visão histórica: breve retrospectiva

As discussões desta seção são sobre a pessoa com deficiência numa visão histórica. Para melhor compreensão da educação inclusiva atualmente, torna-se relevante entender como a deficiência era vista pelos povos no mundo primitivo, na antiguidade, na idade Média, na Idade Moderna e na Idade Contemporânea. Nessa perspectiva, discutir a sobre a deficiência numa visão histórica pressupõe compreender concepções de sociedade e de valores socioculturais, pois foram muitas as transformações que aconteceram no contexto religioso, social, cultural e educacional na história da humanidade (XAVIER e JUNIOR, 2013). Assim, a concepção de educação inclusiva defendida pela legislação educacional atual é resultante de uma progressiva evolução do atendimento às pessoas com deficiência.

Na sociedade primitiva, as pessoas com alguma deficiência eram excluídas, além de serem consideradas fragilizadas. Em consequência disso, “[...] não havia lugar para os considerados fracos, para aqueles que não tivessem condições de colaborar efetivamente nas sociedades produtivas [...]” (GUHUR, 1994, HEWARD, 1998, *apud* MARTINS, 1999, p.

128). Infere-se, dessa forma, que as pessoas com deficiência eram vistas como sujeitos incapacitados, já que ser deficiente era não ter condições de assegurar a sua própria sobrevivência na sociedade, sendo, portanto, excluídos e exterminados, porque a sociedade da época prezava por indivíduos que fossem capazes de sobreviver pela sua força de trabalho, capacidade essa que os “fracos” (deficientes) não detinham, logo, eram excluídos (XAVIER e JUNIOR, 2013).

Na Antiguidade - precisamente na Grécia - o que estava em jogo era o padrão de virtude, de beleza, do corpo perfeito, ou seja, o indivíduo que estivesse inserido no cultivo destas virtudes “[...] tinha que ser trabalhados o corpo (para ser livre e descontraído) e o espírito (na busca de alcançar a harmonia e a perfeição)” (MARTINS, 199, p. 128). Infere-se que as pessoas com deficiência não se enquadravam nesse ideário de virtude e de homem perfeito, porque apresentavam alguma anormalidade física no corpo.

Diferentemente da sociedade primitiva, na Grécia o que prevalecia era a beleza estética, isto é, o padrão de corpo perfeito nos seus aspectos físicos (força, saúde e vigor) e mentais (sutileza e acuidade de espírito) (MARTINS, 1999). As pessoas que não atendessem a esse perfil (sem algum defeito físico ou outra anormalidade) eram excluídas ou “[...] abandonadas à própria sorte em lugares ermos [por] [...] não serem capazes de participar das atividades produtivas e guerreiras da sociedade [...]” (MARTINS, 1999, p. 128-129). Assim, ser deficiente era sinônimo de indiferença e de fragilidade.

Na Idade Média, a deficiência estava associada a corpo/alma, prevalecendo os dogmas cristãos. Por isso, “[...] os hebreus consideravam a deficiência (assim como qualquer doença crônica) como uma impureza ou resultante do pecado do homem [...]” (MARTINS, 1999, p. 129). Mesmo o cristianismo tendo defendido uma visão mais tolerante dos indivíduos com deficiência, eles ainda eram excluídos socialmente e ficavam, muitas vezes, impossibilitados de participarem de determinadas atividades religiosas e de frequentarem alguns lugares considerados sagrados. As pessoas tidas como anormais eram acolhidas com atos de caridade, pois o sentimento da sociedade era o da compaixão, haja vista que “[...] a ideologia cristã [...] considerava os deficientes como sendo criaturas de Deus [...]” (XAVIER e JUNIOR, 2013, p.14).

Apesar de não serem mais exterminados como na Grécia, os indivíduos com deficiência continuavam sendo excluídos, pois no dia a dia “[...] era comum vê-los fora das cidades (assim como acontecia com os leprosos e portadores de outras doenças incuráveis), ou à margem das estradas, implorando a compaixão das demais pessoas e sendo rejeitados pelos que por ali passavam [...]” (MARTINS, 1999, p. 130). Compreende-se, assim, que somente

eram consideradas “puras” e dignas de direitos sociais pessoas normais (sem deficiência), pois “[...] a deficiência que portavam era atribuída, ainda, às causas sobrenaturais; a espíritos malignos, sendo em vários momentos condenados à morte na fogueira durante a Inquisição Católica” (MARTINS, 1999, p. 131).

Na Idade Moderna, o teocentrismo foi dando o lugar ao antropocentrismo em decorrência das influências do renascimento, o que contribuiu, e muito, para ascensão do conhecimento humano e para o avanço da ciência e da medicina. Em razão dessa nova concepção de sociedade, “[...] a medicina resolve estudar o deficiente [...] a partir do conhecimento das ciências naturais, o que não alivia a discriminação ou modifica a representação do deficiente na sociedade [...]” (XAVIER e JUNIOR, 2013, p. 15). Nesse período, a deficiência deixou de ser vista como castigo ou atribuída às crenças sobrenaturais.

A medicina foi importante, no sentido de explicar que a deficiência estava associada à má formação genética, ou seja, “[...] a uma disfunção orgânica. [...] [os médicos] percebem [...] que as pessoas deficientes mereciam tratamento e não punição ou exorcismo” (MARTINS, 1999, p. 131). Já em relação ao assistencialismo, houve uma considerável conquista no período moderno, pois aquele que tinha deficiência não era mais torturado, excluído como na Idade Média.

A Idade Contemporânea, período que se inicia, aproximadamente, em 1789 e se estende até os dias atuais, exerceu profundas transformações no âmbito religioso, social, cultural em decorrência da modernização, ou seja, a globalização contribuiu para que a sociedade passasse a enxergar as diferenças numa perspectiva mais inclusiva. Durante o século XX, os indivíduos com deficiência passaram a usufruir o direito de viver socialmente (de participar da vida em sociedade) e de serem incluídos em escolas especiais.

Fazendo um recorte da história da humanidade, convém afirmar que o direito à educação inclusiva foi fruto de muitas lutas, da (re)democratização da sociedade e do ensino em prol daqueles que vinham tendo seus direitos sociais negados. Os primeiros atendimentos educativos para pessoas com deficiência teve início “[...] no Brasil com a criação do “Instituto dos Meninos Cegos” (hoje “Instituto Benjamin Constant”) em 1854, e do “Instituto dos Surdos-Mudos” (hoje, “Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES”) em 1857 [...]” (XAVIER e JUNIOR, 2013, p. 16). A criação desses institutos marcou o início da educação inclusiva no Brasil. A partir desse marco, surgiram serviços educativos na escola regular, “[...] visando a integração escolar dos educandos portadores de deficiência [...] a partir do atendimento em classe comum [...] até o atendimento em classe especial, sob a responsabilidade de um professor especializado” (MARTINS, 1999, p. 136).

Em conformidade com a legislação educacional brasileira, o perfil da escola contemporânea (pública ou privada) é de uma escola inclusiva e de qualidade, capaz de atender a todos os alunos sem deficiência ou com deficiência (BRASIL, 2014). A criação de serviços educacionais especializados para os indivíduos com deficiência, como é o caso do Atendimento Educacional Especializado (AEE), foi uma das conquistas da educação inclusiva, o qual oportuniza, aos alunos com deficiência, o direito de terem acesso e de usufruírem da educação formal (MARTINS, 1999).

2.3 Definições, causas e características da deficiência física

Neste tópico, as discussões se voltam para a deficiência física, compreendendo conceitos, fatores causadores e tipos de deficiência física. Chamada de deficiência motora, é assim denominada porque está relacionada à alteração completa ou parcial de um ou mais membros do corpo, por isso, acarreta comprometimento da função motora, ocasionado pelos “[...] sistemas osteoarticular, muscular e nervoso” (BRASIL, 2006, *apud* SCHIRMER, 2007, p. 23). O primeiro refere-se ao conjunto de ossos e articulações do corpo; o segundo é formado pelos diversos músculos do corpo humano, e o terceiro é composto pelo conjunto de nervos que asseguram o comando e a coordenação das funções vitais.

Assim, quando o indivíduo apresenta alguma doença ou lesão afetada por alguns desses sistemas, haverá alguma limitação motora, porque houve deformação/alteração no sistema esquelético e muscular. Esta deficiência tem amparo legal na legislação da educação brasileira, precisamente no Decreto nº 5.296/2004 e caracteriza-se pela “[...] alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física [...] exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções” (BRASIL, 2004, *apud* MELO e SARAIVA, 2015, p. 13).

Convém ressaltar que a deficiência física é provocada pelas limitações do funcionamento dos membros (inferiores ou superiores) do corpo humano. É importante esclarecer que deformidades estéticas que não trazem impedimentos e/ou paralisia físico-motor não se caracterizam como deficiência motora, pois a má-formação ou deformação não traz consequências para o sistema esquelético-muscular, o que é diferente de uma amputação (total ou parcial) de um dos membros do corpo que acarretará dificuldades do indivíduo realizar suas atividades diárias, como, por exemplo, o cadeirante que não dispõe de seus membros inferiores, por isso, ele precisará de uma cadeira de rodas para se locomover.

Algumas das causas mais comuns desse tipo de deficiência podem ser: “Paralisia Cerebral [...]; Hemiplegias [...]; Lesão medular [...] Traumatismos diretos [...]; Amputações [...]; Febre reumática [...]; Câncer; Miastenias graves” (BRASIL, 2006, p.22).

São muitos os fatores que podem desencadear a deficiência física. Por isso, é falsa a afirmação de que apenas problemas na gestação ou má formação genética trazem complicações para o surgimento dessa deficiência. As causas da deficiência motora “[...] podem aparecer desde o nascimento ou posteriormente, provocando graus de comprometimentos variados, sendo que em todos eles produzem perda ou redução da mobilidade corporal com prejuízos para a realização de algumas atividades funcionais [...]” (MELO e SARAIVA, 2015, p. 13). A origem da deficiência física pode ser genética (antes do nascimento) ou adquirida (após o nascimento). Logo, essa deficiência pode acarretar dificuldades aos indivíduos na realização de atividades básicas do dia a dia: alimentar-se, locomover-se, realizar atividades de higiene pessoal, escrever, entre outras atividades.

2.4 Acessibilidade de alunos com deficiência física na escola

Nas diretrizes da educação (inclusiva) brasileira, a garantia dos direitos das pessoas com deficiência é sagrado, a exemplo dos direitos assegurados na Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) e na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 2014). No caso dos indivíduos com deficiência física, estes são amparados, legalmente, pelo Decreto nº 5.296 (BRASIL, 2004). Consoante a essas leis, pressupõe-se que as instituições de ensino estejam acessíveis arquitetonicamente, com rampas e demais espaços adequados que visem à eliminação de barreiras de alunos com alguma limitação que venha a dificultar a sua locomoção através da cadeira de rodas ou de muletas.

A partir do discurso de Xavier e Junior (2013), entende-se que a escola é considerada inclusiva quando ela está apta a integrar alunos com deficiência nas atividades escolares em iguais condições para todos. Para ajudar na acessibilidade desse público-alvo, as tecnologias assistivas são condições e/ou recursos que garantem, em partes, a inclusão, já que elas podem ser “[...] qualquer item, peça de equipamento [...] ou sistema de produto que é utilizada para aumentar, manter e melhorar as capacidades funcionais de pessoas com deficiência” (GONÇALVES e FURTADO, 2015, p. 47).

Os recursos de tecnologia assistiva são organizados em categorias de acordo com seus objetivos funcionais a que se destinam para almejar “[...] um ambiente favorável e sem restrições [...]” (XAVIER e JUNIOR, 2013, p. 22). É preciso esclarecer que Gonçalves e

Furtado (2015, p. 47-54) se apropriaram da descrição das categorias de Tecnologia Asssitiva de Bersch e Tonolli (2008) e classificaram em onze as categorias. Como este trabalho se volta para a acessibilidade física, será dada ênfase apenas a categoria “projetos arquitetônicos para acessibilidade [que] prevê projetos de edificação e urbanismo que garantam acesso, funcionalidade e mobilidade a todas as pessoas, independentemente de sua condição física e sensorial”. Para o alcance dessa categoria, as escolas devem proporcionar:

Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo; construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeiras de roda; adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas; colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros; instalação de [...] bebedouros [...] em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas (BRASIL, 2003, *apud* MELO e SARAIVA, 2015, p. 30-31).

A escola é inclusiva, e estará em perfeitas condições para atender aos alunos, quando ela atende aos requisitos evidenciados por Melo e Saraiva (2015), os quais têm respaldo na portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Entretanto, quando as instituições de ensino não cumprem tais requisitos, elas estarão excluindo seus alunos, pois, o direito do aluno estudar num ambiente acolhedor e agradável foi negado.

A Norma Brasileira aprovada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) 9050/2004 preconiza que “[...] todos os espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos que vierem a ser projetados [...] bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, devem atender ao disposto nesta norma para serem considerados acessíveis” (BRASIL, 2004, p. 01). Essa diretriz determina parâmetros legais para as construções arquitetônicas dos prédios públicos, por exemplo, museus, postos de saúde e, principalmente as escolas devem atender às determinações dessa diretriz.

É inegável a existência de avanços e conquistas na história da educação inclusiva para as pessoas com deficiência, basta reconhecer os direitos legais assegurados pela NBR 9050 (BRASIL, 2004), pela Portaria nº 3.284 (BRASIL, 2003), entre outras leis. Entretanto, a inclusão de pessoas com deficiência física defendida por essas leis não coincide com a realidade de muitas escolas brasileiras. Atualmente, muitas instituições de ensino não parecem, na prática, serem tão inclusivas, pois “[...] ainda é comum encontrarmos diversas barreiras arquitetônicas que impedem a livre circulação das pessoas [...]” (MELO E SARAIVA, 2015, p. 29), os quais são alguns dos desafios das escolas públicas na contemporaneidade.

2.5 Acessibilidade física nas escolas de Coronel João Pessoa/RN: resultados e discussões

A análise a seguir é sobre a acessibilidade de alunos com deficiência física e foi feita com base na realidade arquitetônica de três escolas públicas da cidade de Coronel João Pessoa/RN. A primeira é uma instituição de educação infantil, a segunda de ensino fundamental e a terceira de ensino médio. Inicialmente, a análise partiu dos discursos dos gestores das respectivas instituições e, em seguida, de alguns registros fotográficos da pesquisa de campo, precisamente do local que dá acesso às escolas, às portas de algumas salas de aulas e aos banheiros. Todos os registros fotográficos contribuíram para que houvesse um diagnóstico mais preciso das condições de acessibilidade nas três instituições.

Tabela 1: Respostas dos gestores entrevistados

P E R G U N T A S	1- Esta escola já recebeu e/ou possui algum aluno com deficiência física?	2 - Em sua opinião, quais as principais dificuldades enfrentadas ao receber um aluno com deficiência física?	3- Arquitetonicamente, a escola está apta a receber alunos com deficiência física, oferecendo as mesmas condições dos demais estudantes?	4 - A escola recebe algum auxílio governamental (verba) para custear as adaptações arquitetônicas necessárias?	5 - A escola possui tecnologias assistivas adaptadas para alunos com deficiência física?	6 - Os professores e a equipe pedagógica recebem algum tipo de preparação ou treinamento ofertado para receber, de forma inclusiva, alunos com deficiência física em sala de aula?
G E S T O R 1	Não.	Falta de profissionais capacitados. Adaptação da estrutura física. Dificuldade de adaptação social entre os estudantes.	Não. A escola não dispõe de estrutura para trabalhar com crianças com deficiência física, pois não temos rampas de acesso para cadeirantes, as salas e banheiros não são adequados para estes.	Não.	Não.	Não.
G E S T	Sim.	Falta de profissionais capacitados. Adaptação da estrutura física.	Não. Pois a nossa escola não possui rampas de acesso a algumas salas de aulas, as portas não possuem largura	Parcialment e.	Não.	Não.

O R 2			necessária para passagem de cadeiras de rodas, os banheiros não são adaptados para os mesmos.			
G E S T O R 3	Não.	Falta de profissionais capacitados. Justificativa: Enquanto profissional, uma das dificuldades seria a falta do profissional capacitado para trabalhar com alunos deficientes físicos.	Parcialmente. Justificativa: A escola não está totalmente readaptada para receber alunos com deficiência física.	Não.	Não.	Não.

Fonte: Autoria própria.

Ao fazer uma breve análise das respostas do gestor 1, compreende-se que embora a Escola Municipal Antero Marques/Creche Chapeuzinho Vermelho não tenha recebido alunos com deficiência física até os dias atuais, o gestor reconhece que as principais dificuldades ao receber alunos com esse tipo de deficiência é a falta de profissionais capacitados, a adaptação da estrutura física e a dificuldade de adaptação social entre os estudantes. Ao ser indagado se a referida instituição está adaptada para receber alunos com deficiência física, ele respondeu que não, pois “A escola não dispõe de estrutura para trabalhar com crianças com deficiência física, pois, não temos rampas de acesso para cadeirantes, as salas e banheiros não são adequados para estes” (GESTOR 1).

Ainda de acordo com as respostas do gestor 1, por sua instituição ser exclusivamente de educação infantil, atualmente ela não recebe auxílio governamental, tampouco verbas para investir em adaptações arquitetônicas. A escola também não possui tecnologias assistivas adaptadas para alunos com deficiência física, assim como os professores e a equipe pedagógica não recebem nenhum tipo de preparação ou treinamento para trabalhar, na sala de aula, com este público-alvo. Portanto, a fim de comprovar o discurso do gestor entrevistado, a seguir tem-se 04 (quatro) registros fotográficos, os quais evidenciam alguns obstáculos encontrados na infraestrutura da instituição, que dificultam o acesso e a integração de crianças com alguma limitação motora, precisamente os alunos cadeirantes.

Imagem 1: Local de acesso à instituição**Fonte:** Autoria própria.**Imagem 2:** Parte externa da instituição**Fonte:** Autoria própria.**Imagem 3:** Porta de uma das salas de aula**Fonte:** Autoria própria.**Imagem 4:** Banheiro unissex**Fonte:** Autoria própria.

Consoante às respostas do gestor 1 e às fotos acima, infere-se que esse *lócus* da pesquisa não se enquadra no perfil de uma instituição inclusiva, por conter barreiras nas entradas das portas, bem como, elas não estarem com medidas adequadas que permitam o acesso aos cadeirantes, também indis põe de instrumentos de apoio no banheiro. O único local que está, aparentemente, acessível, por não apresentar barreiras, é a entrada da instituição, conforme a imagem 1. Os demais locais estão todos comprometidos, se assim for considerado o que determina a NBR 9050 (BRASIL, 2004) e o que afirma Melo e Saraiva (2015) sobre os obstáculos que dificultam a acessibilidade física.

Dentre as principais barreiras arquitetônicas diagnosticadas, pode-se citar a ausência de uma rampa principal para dar acesso às salas de aulas, barreiras no piso nas entradas das salas. A maioria das portas são estreitas, não apresentando espaço suficiente para permitir o acesso de crianças cadeirantes. Além disso, a instituição dispõe de um único banheiro para atender aos funcionários e às crianças, este também se encontra inacessível, pois a altura da descarga e a falta de barras de apoio nas paredes comprometem a acessibilidade. Logo, convém afirmar que a referida instituição está inacessível para atender a alunos com deficiência física.

Com base nas respostas do gestor 2, a Escola Municipal Dr. Severiano – Ensino Fundamental I e II já recebeu alunos com deficiência física, porém, atualmente não há nenhum aluno matriculado que apresente limitação motora. Ao se referir às dificuldades da

escola para este público-alvo, pode-se citar a falta de profissionais capacitados e a ausência de adaptação física, pois “[...] a escola não possui rampas de acesso a algumas salas de aula, as portas não possuem largura necessária para passagem de cadeiras de rodas, os banheiros não são adaptados [...]” (GESTOR 2). Infere-se que “parcialmente” a escola dispõe de alguns recursos próprios, tendo, também a contrapartida da prefeitura para custear as adaptações arquitetônicas necessárias. Essa instituição não dispõe de tecnologias assistivas, a equipe pedagógica e os professores ainda não foram preparados para receber alunos com deficiência física na sala de aula.

Imagem 5: Local de acesso à instituição



Fonte: Autoria própria.

Imagem 6: Portas de duas salas de aula



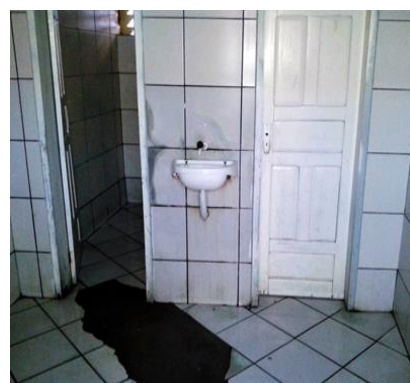
Fonte: Autoria própria.

Imagem 7: Bebedouro



Fonte: Autoria própria.

Imagem 8: Parte interna do banheiro masculino



Fonte: Autoria própria.

As respostas fornecidas pelo gestor 2 estão consoante com as condições de infraestrutura da escola. Os registros fotográficos acima revelam que, do ponto de vista da acessibilidade para alunos com deficiência física, a referida instituição está totalmente inapropriada, por estar em descumprimento com a NBR 9050 (BRASIL, 2004), já que suas dependências centrais apresentam barreiras que impossibilitam ser um ambiente acessível, acolhedor e agradável. Por exemplo, o bebedouro se encontra em uma altura inapropriada, o que requer, necessariamente, nova instalação em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas, as portas do banheiro e das salas de aulas são estreitas, e, por isso, impedem a

passagem de cadeirantes e também dificultam o acesso daqueles que fazem uso de muletas para se locomoverem.

Na Escola Estadual Professor José Próspero, instituição unicamente de ensino médio, não há alunos regularmente matriculados com deficiência física. Em relação à dificuldade atual, caso a escola viesse a matricular alunos com alguma limitação física, a principal dificuldade da escola seria a falta de profissionais capacitados. Ao ser indagado sobre a acessibilidade a partir das reais condições do prédio, o gestor respondeu que este está parcialmente adaptado, pois “[...] a escola não está totalmente readaptada para receber alunos com deficiência física” (GESTOR 3). Essa escola não recebe, segundo o gestor, auxílio governamental (verba) para custear as adaptações arquitetônicas. Além disso, a escola não possui tecnologias assistivas adaptadas, os professores e a equipe pedagógica não recebem treinamento para lidar com alunos com deficiência física em sala de aula.

Imagem 9: Local de acesso à instituição



Fonte: Autoria própria.

Imagem 10: Local que liga o 1º ao 3º bloco



Fonte: Autoria própria.

Imagem 11: Início do 3º bloco (1º andar).



Fonte: Autoria própria.

Imagem 12: Banheiros



Fonte: Autoria própria.

Ao analisar as fotos acima tendo por base a NBR 9050 (BRASIL, 2004) e o Decreto nº 5.296 (BRASIL, 2004), a escola apresenta estar aparentemente acessível em algumas dependências (imagem 9 e 10). Embora esta instituição disponibilize de rampas na sua parte interna (primeira rampa localizada no bloco dois, imagem 10, e a última rampa que dá acesso ao pátio, imagem 11), com exceção da rampa da imagem 10, as outras rampas estão inapropriadas, pois foi detectada a falta de corrimãos conforme a norma estabelece: “[...] os

corrimãos devem ser instalados em ambos os lados dos degraus isolados, das escadas fixas e das rampas” (NBR 9050/2004, p.46).

A instituição em questão apresenta infraestrutura física bastante comprometida, principalmente no local que dá cesso ao terceiro bloco, primeiro andar, e nos banheiros (imagens 11 e 12), os quais são muito estreitos. Já na entrada do terceiro bloco, existe uma escadaria com degraus elevados sem rampas e sem corrimãos. Portanto, a falta desses acessórios exclui o aluno com deficiência física de estudar neste bloco.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve o objetivo de analisar a acessibilidade física nas escolas públicas do município de Coronel João Pessoa/RN para alunos com deficiência física na rede básica de ensino. Os resultados obtidos revelam que a educação inclusiva na perspectiva da acessibilidade física (para alunos que dependem de muletas e cadeiras de rodas) ainda é considerada um grande desafio para as três escolas campo de pesquisa.

No caso da Escola Municipal Antero Marques/Creche Chapeuzinho Vermelho, esta instituição não atende aos princípios da educação inclusiva, pois apresenta muitas barreiras na parte interna, o que compromete a acessibilidade de crianças que têm comprometimentos em algum dos seus membros. Também a Escola Municipal Dr. Severiano apresenta sério comprometimento em sua estrutura física interna e externa, necessitando, urgentemente, de adaptações no local de entrada da instituição, na entrada das salas de aulas e no banheiro masculino. Já a Escola Estadual Professor José Próspero apresenta ser a instituição mais adequada no que diz respeito à acessibilidade física, mas, esta última instituição apresenta, ainda, sérios comprometimentos em sua estrutura arquitetônica interna, o que dificulta a possibilidade de os cadeirantes usufruírem de alguns ambientes da escola da mesma forma que os demais alunos tidos como normais (sem deficiência).

Portanto, as instituições analisadas enfrentam grandes desafios em garantir acessibilidade aos alunos com deficiência, pois apresentam muitas barreiras físicas nas suas dependências internas e externas. Para que se possa mudar esta realidade, faz-se necessário que o governo municipal e estadual faça valer, na prática, as políticas nacionais de inclusão, começando através “[...] de um diagnóstico minucioso das condições de acessibilidade [...]” (MELO e SARAIVA, 2015, p. 29), investindo na parte física das instituições e na formação/qualificação dos professores. Ações como essas, se forem realizadas nas escolas de Coronel João Pessoa/RN possibilitarão, futuramente, à garantia de os alunos com deficiência

física usufruírem o direito à educação pública de qualidade, e que estes possam frequentar e participar de todas as atividades escolares da mesma forma que os demais estudantes que não apresentam deficiência física.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº. 9394, de 23 de dezembro de 1996**: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 10 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

_____. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Especializado**: deficiência Física. Brasília: MEC, 2006.

_____. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**: estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> Acesso em 15 mai. 2017.

_____. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003**: dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em< <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/port3284.pdf>> Acesso em 15 mai. 2017.

_____. **NBR nº 9050 de 2004**: dispõe de normas para acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Disponível em< http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf>. Acesso em 15 mai. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, M. de J.; FURTADO, U. de M. **Educação a distância e tecnologia assistiva**. EduFERSA: Mossoró, 2015.

MARTINS, L. de A. R. **A diferença/deficiência sob uma ótica histórica**. 1999. Disponível em < <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/9953/7049>>. Acesso em 29 abr. 2017.

MELO, F. R. L. V. de.; SARAIVA, L. L. O. **Deficiência física e o atendimento educacional especializado AEE**. EduFERSA: Mossoró, 2015.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SCHIRMER, C.R. *et al.* **Atendimento educacional especializado**: deficiência física. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

XAVIER, M. de J.; JUNIOR, F. V. B. **Educação especial e inclusão**. Mossoró: EdUFERSA, 2013.